

Novos dados sobre a paisagem urbana da Santarém medieval (séculos V-XII): a necrópole visigoda e islâmica de Alporão

Marco Liberato



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/medievalista/803>

DOI: 10.4000/medievalista.803

ISSN: 1646-740X

Editora

Instituto de Estudos Medievais - FCSH-UNL

Edição impressa

Data de publicação: 1 Janeiro 2012

Refêrencia eletrónica

Marco Liberato, « Novos dados sobre a paisagem urbana da Santarém medieval (séculos V-XII): a necrópole visigoda e islâmica de Alporão », *Medievalista* [Online], 11 | 2012, posto online no dia 26 fevereiro 2014, consultado no dia 20 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/medievalista/803> ; DOI : 10.4000/medievalista.803

Revista ISSN 1646-740X

Medievalista **online** Número 11 | Janeiro - Junho 2012

FICHA TÉCNICA

Título: **Novos dados sobre a paisagem urbana da Santarém medieval (séculos V-XII): a necrópole visigoda e islâmica de Alporão.**

Autor(es): **Marco Liberato**

Enquadramento Institucional: **Instituto de Estudos Medievais, FCSH-UNL**

Contacto: **marcoliberato@hotmail.com**

Fonte: *Medievalista* [Em linha]. Nº11, (Janeiro - Junho 2012). Dir. José Mattoso. Lisboa: IEM.

Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>

ISSN: 1646-740X

Resumo

A partir da análise cruzada dos dados recolhidos durante uma intervenção arqueológica na Rua 5 de Outubro n.ºs 5-8 com algumas fontes documentais, ensaiamos uma proposta em torno da paisagem urbana da Santarém medieval, nos séculos anteriores à sua integração definitiva na órbita cristã e nos momentos imediatamente subsequentes. Nesta abordagem preliminar pretendemos salientar a pertinência da utilização do crescente volume de informações provenientes da actividade arqueológica, uma fonte fundamental para esclarecer algumas dúvidas actuais e ensaiar novas hipóteses de trabalho sobre a evolução da malha urbana desta cidade.

Palavras-chave: Arqueologia, Paisagem urbana, Necrópole visigoda, Santarém, Idade Média

Abstract

Crossing the data collected during a archaeological intervention in the numbers 5 to 8, Rua Cinco de Outubro, in Santarém with some written sources, we present a proposal around the medieval urban landscape of the city during the centuries prior to their integration in the christian orbit and in the moments immediately following to the conquest of 1147. In this preliminary approach we intend to enable the relevance of using the increasing volume of information from the archaeological activity as a fundamental source to clarify some doubts and test current and new hypotheses related with the evolution of the cadastre in the medieval city

Keywords: Archaeology, Urban landscape, Visigoth necropolis, Santarém, Middle Ages.



Novos dados sobre a paisagem urbana da Santarém medieval (séculos V-XII): a necrópole visigoda e islâmica de Alporão

Marco Liberato

1. Introdução

Durante os séculos finais da Idade Média, a estrutura urbana de Santarém assumiu uma feição polinucleada: junto ao rio Tejo, a Ribeira permitia o contacto com as vias de circulação fluviais que serviam o esporão da Alcáçova, ocupado desde tempos proto-históricos. Sobre a diacronia da ocupação de um terceiro núcleo localizado no planalto de Marvila, têm sido avançadas hipóteses de trabalho divergentes. Enquanto alguns

autores, baseados no cadastro actual, entreviram sinais de urbanismo romano¹, outros investigadores tem argumentado que a expansão da malha urbana atingiu esta última zona durante o período islâmico e que corresponderia ao núcleo comercial da medina estruturado em torno da mesquita aljama, templo que seria o antecessor directo da igreja baixo-medieval de Marvila².

Uma vez que rareiam fontes documentais anteriores ao século XII, a evolução urbana da cidade só poderá ser esclarecida recorrendo aos dados fornecidos pelas intervenções arqueológicas realizadas na cidade, que se multiplicaram nas últimas duas décadas. Se num primeiro momento os trabalhos estiveram praticamente circunscritos à Alcáçova³, o advento da arqueologia preventiva na década de noventa do século passado resultou não só num exponencial aumento das escavações, como na sua dispersão por todo o chamado “centro histórico”⁴.

2. Sucessão estratigráfica e cronologia dos contextos arqueológicos

Propomo-nos analisar os dados recolhidos durante uma escavação arqueológica que incidiu sobre uma área bastante extensa, cerca de mil metros quadrados e que decorreu entre Agosto e Novembro de 2007 e Junho e Setembro de 2008, nos números 5-8 da Rua Cinco de Outubro⁵. A área intervencionada assumia-se à partida como fundamental para esclarecer a diacronia da evolução urbana de Santarém, na medida em que corresponde ao extremo oriental do planalto de Marvila, designado nas fontes medievais

¹Consulte-se a origem e evolução desta tese em Mário Viana, Espaço e povoamento numa vila portuguesa. (Santarém 1147 – 1350), Casal de Cambra\Lisboa, Caleidoscópio\Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007, pp. 53-54

²Veja-se por todos Manuel Sílvio Alves Conde, «Madīnat Shantarīn. Uma aproximação à paisagem da Santarém Medieval (séculos X-XII), Actas do Colóquio Santarém na Idade Média. 13 e 14 de Março 1998, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2007, p. 352.

³No âmbito do projecto de investigação PALCAS - A Ocupação da Alcáçova de Santarém durante a Idade do Ferro e a Época romana, da responsabilidade de Catarina Viegas e Ana Arruda, investigadoras da Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ).

⁴Em 2002 referenciavam-se um total de 47 intervenções arqueológicas promovidas pelo projecto PALCAS, pela Câmara Municipal de Santarém ou pelo IPPAR. Vd. Maria José de Almeida, «Santarém, a cidade e os homens. Arqueologia: 25 anos depois» in De Scallabis a Santarém, Ana Margarida Arruda, Catarina Viegas e Maria José de Almeida (coords.), Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2004, p. 65 Seriação naturalmente obtida por defeito, uma vez que não contabilizava os trabalhos no âmbito da arqueologia empresarial.

⁵Coordenada por Helena Santos, a quem agradecemos a cedência do registo arqueológico que permitiu desenvolver esta análise.

por Alpran e contemporaneamente por Alporão. Os constrangimentos topográficos implicam que a circulação entre este acidente de relevo e a Alcáçova se processe na área escavada, realidade atestada documentalmente para a Idade Média⁶, mas que se teria estruturado logo em época romana⁷.

Esta última afirmação apoia-se na estratigrafia identificada, que permitiu determinar que a ocupação humana desta área se iniciou com uma necrópole de incineração⁸, certamente utilizada pela população concentrada na Alcáçova, tendo sido identificadas várias deposições em urna e um possível ustrinum, contextos genericamente enquadráveis no período alto-imperial. Posteriormente e de forma aparente ininterrupta, o espaço foi sucessivamente acolhendo inumações cujas características, como veremos adiante com mais pormenor, são consonantes com as soluções e evoluções decorrentes dos rituais funerários praticados nas urbes peninsulares entre os séculos III e X.

A partir das primeiras taifas\período almóravida assinala-se por fim uma mutação da funcionalidade do espaço, com o início da escavação de grandes estruturas negativas, que geralmente são interpretadas como silos. Nos primeiros momentos do domínio cristão, a área continuou a acolher actividades e estruturas típicas das periferias urbanas como fornos de cerâmica, pedreiras e alcaçarias.

O processo de urbanização só se intensificará a partir dos séculos XIII-XIV, tendo sido registados vários espaços de habitação margeando arruamentos, sem nunca anular completamente algumas parcelas vazias de construções - mesmo durante o século XV - certamente dedicadas `a produção agrícola. As claras evidências de actividade metalúrgica no local, demonstram também que a malha urbana não seria ainda especialmente densa nos finais da Idade Média.

⁶ Uma vez que corresponderá, no essencial, à «via publica que vem direita da porta de Alpran e vai para a porta da alcaçova», mencionada em 1249. Vd. Mário Viana, Espaço e povoamento numa vila portuguesa...*ob. cit.*, p. 81

⁷ Embora não se verifique uma correspondência integral com o traçado viário actual, uma vez que no século XIX, a depressão geológica entre os dois planaltos foi regularizada com aterros para permitir a construção da secção oriental da actual Rua Cinco de Outubro. Vd. Maria José de Almeida, «O planalto de Marvila e os arrabaldes ribeirinhos» in De Scallabis a Santarém, *ob. cit.*, p. 87.

⁸ Uma vez que as necrópoles urbanas, em período romano, se articulam sempre com a rede viária implantando-se no exterior das povoações mas junto aos acessos mais concorridos. Jorge de Alarcão, O domínio romano em Portugal, Mem-Martins, Europa-América, 1988, p. 131.

3. Na periferia da cidade. A diacronia das necrópoles

Após esta descrição necessariamente sucinta dos dados recolhidos, concentremo-nos nas necrópoles visigoda e islâmica, cuja implantação e dispersão espacial fornecem pistas fundamentais para a recuperação da paisagem urbana num período em que o contributo das fontes documentais é diminuto.

A afirmação progressiva dos preceitos rituais do Cristianismo, que culminará com a conversão de Constantino, torna especialmente complexa a tarefa de integrar cronologicamente os enterramentos baixo-imperiais. Paralelamente à progressiva difusão da inumação do cadáver em detrimento da opção pela incineração, vão também desaparecendo os espólios votivos que permitiriam uma datação contextual para o momento do enterramento⁹. Assim, algumas sepulturas escavadas na rocha, onde ocorrem por vezes de elementos pétreos ou cerâmicos funcionando como muretes e tampas, não podem ser integrados cronologicamente sem recurso a métodos de datação absoluta, mas foram indubitavelmente depositados entre os séculos III e VIII.

À semelhança do que se verifica em várias urbes peninsulares, em que as inumações paleocristãs ocorrem frequentemente nas proximidades de uma basílica peri-urbana, sobreposta aos cemitérios romanos e dominando por inerência um eixo viário de acesso preferencial à povoação¹⁰, esta necrópole relacionar-se-ia com um templo localizado a Norte, nas cotas cimeiras do planalto. A sua eventual correspondência topográfica com a paroquial que aí se erguia após a conquista cristã¹¹, dedicada a S. Martinho de Tours¹², assume-se como forte possibilidade.

⁹Vd. Adriaan de Man, *Conimbriga. Do Baixo Império à Idade Média.*, Lisboa, Edições Silabo, 2006, p. 79.

¹⁰ Sendo a basílica de Mértola, no Rossio do Carmo, o exemplo português mais amplamente documentado. Vd. Santiago Macias, «A Basílica paleocristã de Mértola», *Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, 1995, p. 294.

¹¹Mencionada a primeira vez enquanto paróquia em 1214. Mário Viana, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa...ob. cit.*, p. 88.

¹²S. Martinho Bispo como informa o pároco da freguesia em 1758. Outra informação contida no mesmo documento reforça esta hipótese, uma vez que regista a existência no adro da igreja de «huma pedra Romana em que se le o seguinte Antoniai M.S. Marcianai Anno ixxii» Cf. AN-TT, *Memórias paroquiais*, volume 33, nº 66f, fls. 493 e 516. Obviamente, encaramos a proposta cronológica apenas como sinónimo de antiguidade, certamente induzida pelas características dos caracteres empregues na epígrafe. O que



Figura I – Inumação paleocristã

Já no extremo NE da intervenção arqueológica foi identificado um conjunto de sepulturas cujas características demonstram que se organizou quando a presença visigoda na cidade era já uma realidade. Desde logo pela disposição das sepulturas, com uma irrepreensível orientação E-O, com a face orientada a nascente e organizadas em núcleos. Algumas foram ortogonalmente colocadas lado a lado, num esquema de disposição que poderá significar uma aglomeração com base em laços familiares, típica dos primeiros momentos da colonização germânica¹³, impressão reforçada pela presença de ossários em algumas delas correspondendo, com elevada probabilidade, ao desejo de inumação junto de um parente anteriormente falecido. Ao nível do ritual, surgem indícios de que os indivíduos era enterrados no interior de caixas de madeira, denunciadas pela presença de grandes pregos de ferro no registo arqueológico.

Os adornos recolhidos permitem enquadrar pelo menos dois deles no ambiente cultural e na cronologia proposta: a inumação [640] – sepultura [423] - fazia-se acompanhar de dois anéis e no interior da sepultura [763], muito embora já não contivesse restos

poderá significar que estamos perante uma lápide paleocristã, período em que a data da morte constava frequentemente da inscrição. Vd. Maria Manuela Alves Dias, «Epigrafia», in Museu de Mértola-Basilica Paleocristã, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1993, p. 107.

¹³Vd. Gisela Ripoll Lopez, «Características generales del poblamiento y la arqueología funeraria visigoda de Hispania», Espacio, Tiempo y Forma: Prehistoria y Arqueología, tomo 2, 1989 p. 407.

osteológicos, foram levantados dois brincos e uma pulseira em bronze, bem como um colar composto por várias dezenas de contas de âmbar com secção para-oval e corpo aplanado. Uma grande conta em vidro, com estrias exteriores, seria o elemento central desse adorno¹⁴. O jarro de perfil piriforme proveniente da mesma sepultura, muito embora apresente dimensões mais reduzidas, oferece um paralelo evidente com materiais exumados na necrópole visigoda de Fuentes, Cuenca, datada entre os séculos VI e VII¹⁵, bem como com a variante 3 da cerâmica funerária de El Ruedo, em Almedinilla¹⁶. A sua morfologia aproxima-o também de recipientes recolhidos, na cidade de Mérida, em contextos que correspondem a despejos domésticos ocorridos entre os séculos VI e VIII¹⁷.



Figura II – Jarro recuperado na sepultura [763]

¹⁴ Em tudo semelhantes aos identificados nos enterramentos visigodos de Pamplona, datados do século VI. Vd. María Angeles Mezquiriz Irujo, «Necrópolis visigoda de Pamplona», *Trabajos de Arqueología*, nº 17, 2004, p. 60.

¹⁵ Vd. Mercedes López Ruequena, Rafael Barroso Cabrera, «La necropolis hispano-visigoda de la “Dehesa de la Casa los Balconcillos” (Fuentes, Cuenca) in Jornadas Internacionales “Los visigodos y su mundo”». Ateneo de Madrid. Noviembre de 1990, Madrid, Consejería de Educación y Cultura – Comunidad de Madrid, 1998, pp. 304-311.

¹⁶ Com uma cronologia centrada no século VII. Vd. Sílvia Carmona Berenguer, «Estudio tipológico de la cerámica funeraria de la necropolis de el Ruedo. Almedinilla. Córdoba.», *Anales de Arqueología Cordobesa*, nº 2, 1991, pp. 384-386.

¹⁷ Vd. Miguel Alba, Santiago Feijoo «Pautas evolutivas de la cerámica común de Mérida en épocas visigoda y emiral» in *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad* Luís Caballero, Pedro Mateos y Manuel Retuerce (eds.), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Arqueología de Mérida, 2003, p. 489 e 496.

A presença de espólio votivo em sepulturas cristãs destes períodos foi já interpretada como uma forma de afirmação identitária dos arianos face à restante população cristã¹⁸, o que colocaria alguns destes enterramentos numa data anterior à conversão de Recaredo ocorrida em 589, mas esta tese não é consensual entre os investigadores¹⁹.

Dada a implantação tipificada para as necrópoles islâmicas, invariavelmente no exterior da cidade dos vivos²⁰, é seguro que a zona a este de Alporão se manteve vazia de construções durante os primeiros séculos após a integração da cidade nos domínios muçulmanos uma vez que as inumações continuaram, interceptando frequentemente os contextos funerários anteriores.



Figura III – Inumação islâmica sobreposta a enterramento visigodo

Os seus aspectos formais são absolutamente consonantes com os rituais prescritos pela religião do Corão, uma vez que os cadáveres foram depositados em decúbito lateral

¹⁸Vd. Adriaan de Man, *Conimbriga. Do Baixo Império à Idade Média...ob.cit.*, p. 77.

¹⁹Que interpretam a presença de adornos sociais como um marcador socio-económico. Vd. Gisela Ripoll Lopez, «Características generales del poblamiento y la arqueología funeraria visigoda de Hispania», *Espacio, Tiempo y Forma: Prehistoria y Arqueología*, tomo 2, 1989 p. 412.

²⁰As exceções admitidas estavam reservadas a personagens de elevado estatuto social, como elementos da família real ou em situações de assédio militar à cidade. Maria Teresa Casal, *Los cementerios musulmanes de Qurtuba, Córdoba*, Servicio de Publicaciones Universidad de Córdoba/Delegación de Cultura Diputación de Córdoba, 2003, p. 23. Como veremos adiante, a extensão da necrópole e a diacronia da sua ocupação inviabilizam qualquer uma destas hipóteses.

direito, no interior de simples fossas escavadas na rocha, não se detectando qualquer espólio votivo associado²¹.

No entanto, se bem que todos os enterramentos identificados partilhassem as características mencionadas, verifica-se que alguns deles, restritos à secção Norte da área intervencionada, têm uma orientação ligeiramente desfasada da posição canónica, estando orientados Norte/Sul, com a face virada a Nascente. Já no quadrante sul e sueste da área intervencionada, todos as sepulturas estão dispostas na direcção NE/SO que no Al-Andaluz garantia um correcto alinhamento com a quibla²².



Figura IV – Enterramentos islâmicos com orientações diferentes.

Obviamente que os períodos de transição tendem a originar situações de heterodoxia, quer pela natural vigência de soluções de continuidade, quer pela reduzida intensidade dos novos comportamentos e opções culturais. O incremento da actividade arqueológica das últimas décadas tem-se revelado fundamental para revelar, ainda que timidamente, o conspecto material dessas alterações. A mesma hesitação na orientação dos enterramentos de período islâmico tem sido referenciada em assentamento rurais, estruturalmente menos permeáveis às mudanças culturais, como no sítio do Vale do Bouto, Loulé, onde algumas inumações em decúbito lateral continuaram a ser

²¹ Idem, pp. 31-32.

²² A sua direcção astronómica encontra-se em torno dos 100 graus, mas era considerado válido qualquer ponto no quadrante SE. Vd. Mónica Rius, « Orientación de las mezquitas en Toledo », Tulaytula: Revista de la Asociación de Amigos del Toledo Islamico, nº 4, 1999, p. 70

orientadas E-O, mas também em povoações marcadamente urbanas como Mértola, onde 13% dos esqueletos do Rossio do Carmo estão, à semelhança dos identificados em Santarém, depositados no sentido Norte-Sul²³.

Em ambiente urbano, o desajustamento da orientação nos primeiros momentos da presença islâmica pode ser explicado pela conversão de templos anteriores em mesquitas, o que implicava um desajustamento da quibla face à sua direcção astronómica e cartográfica. É certo que frequentemente o mirab era colocado na parede Sul «por una aversion a orar hasta Este (a imitar a los cristianos)²⁴», mas possivelmente, em especial nas cidades mais afastadas dos centros políticos e religiosos do Al-Andaluz e/ou junto de comunidades recentemente islamizadas, as igrejas poderão ter sido utilizadas sem alteração, o que explicaria a orientação N/S de algumas das sepulturas de Santarém e também de Mértola. Só a construção ex-novo de templos permitiria orientá-los perfeitamente para Meca pelo que a construção da mesquita aljama de Santarém pelo califa Hisam II, no século X²⁵, poderá ter contribuído para normalizar o ritual funerário, difundido definitivamente a solução canónica por todos os necrotérios da cidade.

Este espaço de necrópole foi abandonado ainda durante o domínio islâmico, uma vez que vários enterramentos foram interceptados por estruturas negativas, correspondendo certamente a silos, posteriormente reconvertidos em lixeiras e entulhados com despejos domésticos. Muito embora seja necessário sistematizar o estudo de todos os materiais arqueológicos recuperados no seu interior, a datação contextual da última utilização de algumas estruturas aponta para um período entre a segunda metade do século XI e a centúria seguinte.

²³Vd. Santiago Macías, Mértola – O último porto do Mediterrâneo, vol. 1, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2003, p. 246

²⁴ Vd. Mónica Rius, *Orientación de las mezquitas en Toledo...*, p. 73

²⁵ Vd. Mário Viana, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa...ob. cit.*, pp. 67-69.

4. A reorganização funcional nos séculos XI-XII

Consideramos que amortização da função funerária neste espaço não estará relacionada com um processo de expansão do tecido urbano, mas antes com os equilíbrios geoestratégicos observados no extremo ocidental da Península e que colocaram Santarém, precisamente nessa cronologia, na linha da frente dos confrontos entre as unidades políticas que se digladiavam pela sua administração. O sinal de alerta definitivo para o campo muçulmano terá sido a integração durante 18 anos da cidade nos domínios leoneses²⁶. Recuperada pelos Almorávidas em 1111, a estratégia de D. Afonso Henriques durante os decénios seguintes, nomeadamente a fortificação de Leiria em 1135, anunciava um ataque eminente a Shantarín²⁷.

O relato da tomada de Santarém undecentista (*De expugnatione Scallabis*, doravante DES), regista indubitavelmente a reacção a essa conjuntura por parte do poder almorávida que criara em Alporão em data anterior a 1147, uma linha protectora composta por muralhas, torres e um baluarte, possivelmente antecedido por uma barbacã em terra batida²⁸, edificada com o entulhamento de um complexo defensivo anterior composto por fossos²⁹ ou estruturas positivas³⁰. Este complexo defensivo foi portanto erigido poucos metros a oriente da área da intervenção arqueológica e poderá relacionar-se directamente com o terminus das inumações nesse espaço, que passaram a

²⁶Vd. José Mattoso, D. Afonso Henriques, Rio de Mouro, Círculo de Leitores/ Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, p. 172.

²⁷ De acordo com a Crónica de Afonso VII, a fortificação teria como objectivo « combater tanto Santarém como Lisboa e Sintra e outros castelos dos Sarracenos que estão na região». Mesmo não levando o carácter ofensivo deste castelo à letra, é indubitável que as guarnições de Leiria garantiam a defesa de Coimbra, mas podiam também assediar facilmente a linha do Tejo. Vd. José Mattoso, «A cidade de Leiria na História medieval de Portugal» in *Fragmentos de uma composição medieval*, 3ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 97.

²⁸ O governador almorávida ordenara o aterro dos « fossos antigos até acima, à laia de um monte, com terra trazida às costas dos cativos.» Transcrito em Manuel Sílvio Alves Conde, «Madīnat Shantarīn. Uma aproximação à paisagem da Santarém Medieval (séculos X-XII), Actas do Colóquio Santarém na Idade Média. 13 e 14 de Março 1998, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2007, p. 358.

²⁹ Vd. Manuel Sílvio Alves Conde, «Madīnat Shantarīn. Uma aproximação à paisagem da Santarém Medieval (séculos X-XII), ob. cit., p. 358.

³⁰ As leituras do documento latino não são consensuais, sendo que alguns autores referem entulhamento de fossos e outros de muros. Vd. Mário Viana, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa...ob. cit.*, p. 62. Embora não dominemos o latim, parece-nos mais provável o transporte de terra para o interior de uma estrutura negativa, do que para cobrir uma muralha anterior. Adicionalmente, o acompanhamento arqueológico das ruas João Afonso\ 1º de Dezembro, registou duas estruturas negativas de grandes dimensões, escavadas no sentido Este-Oeste, colmatadas em período tardo-islâmico, uma delas junto da igreja de Marvila. Muito embora afastadas de Alporão, podem ser vestígios de um primitivo sistema defensivo que dificultava a progressão pelo planalto. Agradecemos a informação a Helena Santos que também coordenou esta intervenção.

estar localizadas no interior do perímetro amuralhado. No entanto, reafirmamos que não foram registados indícios de urbanização anteriores à conquista cristã, o que sugere uma inexistência ou uma reduzida densidade construtiva na área, pelo que esta segunda linha de muralhas, mais do que defender contingentes populacionais significativos, teria como objectivo imediato criar um primeiro impedimento à progressão de beligerantes nas cotas mais elevadas da urbe.

Da mesma maneira que o campo cristão não esquecera que Afonso VI só conseguira tomar a cidade «pela fome³¹», o governador almorávida consideraria fundamental impedir que um eventual exército cristão levantasse cerco junto dos muros das Alcáçova. De facto, se os sitiados se circunscrevessem aos 4 hectares da alcáçova, para além de mais facilmente serem atingidos por projecteis arremessados do exterior, o acesso a recursos alimentares seria dificultado: o relevo envolvente dificultaria sortidas esporádicas e o espaço disponível para o armazenamento de víveres num momento prévio ao cerco seria bastante reduzido³².

Os dados disponíveis parecem confirmar esta linha de interpretação e permitem perspectivar que em 1147 existiriam duas linhas defensivas autónomas. É certo que a DES regista que D. Afonso Henriques, investindo pela direita em direcção às portas de Alporão acabou por «entrar pela porta da cidade, com muito maior segurança³³», o que sugere a existência de uma só cintura defensiva, sem separação material entre aquela entrada e a Alcáçova, tomada assim pela artilosa penetração de uns poucos guerreiros. No entanto, cremos bastante plausível que o panegírico de um monarca que escorava o seu prestígio na proficiência militar³⁴, tendesse a abreviar os factos que conduziram à captura da cidade, concentrando-se exclusivamente na acção bélica mais espectacular,

³¹DES apud Manuel Sílvio Alves Conde, *Madīnat Shantarīn. Uma aproximação à paisagem da Santarém Medieval (séculos X-XII)*..., ob. cit., p. 358.

³² Nos finais da década de 80 foram escavados 26 silos islâmicos na alcáçova em apenas 36 metros quadrados, o que demonstra a concentração destas estruturas de armazenamento. Pelo menos neste ponto da Alcáçova estavam esgotadas as capacidades de armazenamento, não sendo possível abrir novas estruturas sem interceptar as existentes. Vd. C. Viegas e A.M. Arruda, «Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém», *Revista Portuguesa de Arqueologia*. vol. 2, n.º 2. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 1999, p. 184

³³ Manuel Sílvio Alves Conde, «Madīnat Shantarīn. Uma aproximação à paisagem da Santarém Medieval (séculos X-XII)», *Actas do Colóquio Santarém na Idade Média*. 13 e 14 de Março 1998, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2007, p. 374.

³⁴ Para uma síntese sobre esta temática consulte-se José Mattoso; «A realeza de D. Afonso Henriques» in *Fragmentos de uma composição medieval*, 3ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 223.

olvidando uma eventual entrega pacífica da Alcáçova³⁵, que se encontrava indiscutivelmente cercada por muros³⁶, como nos demonstra a descrição da ofensiva almóada de 1184.

Assim, as tropas muçulmanas terão acampado no planalto de Marvila, «en la montaña que domina a Santaren y esta contigua a ella», destruindo algumas construções no exterior das muralhas e preparando a partir daí o assédio às fortificações da cidade. Depois atacaram o complexo de Alpran, que transpuseram sem grande dificuldade, sendo que os seus defensores se salvaram in extremis, recolhendo ao interior da «muralla de la alcazaba³⁷». A memória cronística portuguesa de Quatrocentos, muito embora apresente um versão diferente dos sucessos militares, também não nos afasta dessa interpretação registando que no contexto desse ataque D. Sancho se fortificara não «dentro nos muros da Villa, nem Dalcaceva, que então era tão somente cercada», mas antes «se susteve sempre nos arrabaldes da Villa em palanques, e estancias, que com madeiras somente afortalezou³⁸». Consideramos que os primeiros muros mencionados por Rui de Pina correspondem a Alporão, sendo claro que a Alcáçova é um espaço militar individualizado materialmente, mas que não teria castelo. Já os palanques mencionados poderão significar uma reactivação da barbacã de terra batida almorávida, reforçada por estruturas em materiais perecíveis.

Verifica-se portanto que constituem informações absolutamente coincidentes com o sistema defensivo construído entre 1111 e 1147 descrito na DES. Registe-se também que ambas as descrições da ofensiva almóada relatam algumas estruturas habitacionais no planalto de Marvila, embora sejam unânimes em considerá-lo como arrabalde.

³⁵De acordo com José Mattoso, a rapidez da conquista, a sobrevivência de muitos habitantes, que rumaram posteriormente a Lisboa e o fraccionamento interno da sociedade local, indiciam que poderá ter «havido convivência da parte de alguém da cidade», facilitando a entrada de D. Afonso Henriques. Vd. José Mattoso, D. Afonso Henriques, ob.cit., 2006, p. 172.

³⁶As derrocadas do esporão, que reduziram sucessivamente a sua área, impedem a identificação rigorosa de um traçado romano, mas certamente estaria já cercada em período baixo-imperial. Vd. Adriaan de Man, Defesas urbanas tardias da Lusitânia, dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Faculdade de Letras, 2008, p. 283.

³⁷Ibn Idari Al-Marrakusi, «Al-Bayan al-Mugrib Fi Ijtisar Ajbar Muluk Al-Andaluz Wa Al-Magrib», vol. I, Ambrosio Huici Miranda (edição e tradução), Tetuán, Editora Marroqui, 1953, p. 71.

³⁸CF. Rui de Pina, Chronica de el-rei D. Sancho I, s.l., vol. LII de Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1906, p. 41.



Os desenvolvimentos posteriores à incursão almóada de 1184 são concordantes com a imagem esquemática do espaço urbano e peri-urbano fornecida pelas fontes já citadas. Muito embora a cidade tenha resistido, as fragilidades reveladas pelo sistema defensivo terão compelido D. Sancho I a reestruturá-lo³⁹. Nesse sentido se deverá entender a implantação topográfica do conjunto claustral de S. João de Alporão, junto das portas homónimas, reforçando portanto a sua protecção com um contingente de Hospitalários que na década de 80 do século XII eram presença cada vez mais frequente e eficaz nas campanhas militares portuguesas⁴⁰.

No entanto, a premissa fundamental seria obstaculizar a penetração de comitivas inimigas no planalto de Marvila, pelo que se iniciara a edificação de uma terceira linha de muralhas como demonstram as referências ao muro de Marvila em 1191 e às portas

³⁹Tal como vimos, a fonte árabe afirma que transpuseram a linha de Alpram, enquanto as fontes cristãs oferecem a versão de que D. Sancho aguentara no palanque até à chegada de reforços. Da síntese destes dois testemunhos, a fragilidade da linha de Alporão sai relevada: o monarca português sentiu necessidade de reforçar a defesa no seu exterior.

⁴⁰ Vd. Maria Cristina Almeida e Cunha, «Aparecimento e primórdios das Ordens Militares» in Estudos sobre a Ordem de Avis (séc. XII-XV), Porto, Faculdade de Letras do Porto – Biblioteca Digital, 2009, p. 18.

de Atamarma em 1218 e de Manços em 1232⁴¹, sucessão cronológica que parece comprovar que este novo projecto construtivo se constituiu como uma reacção à aparente facilidade com que os almóadas assediaram a linha de Alporão e ameaçaram a Alcáçova.

5. A expansão urbana nos finais do século XII. A densificação construtiva no planalto de Marvila.

Na sequência das informações documentais e arqueológicas que fomos tratando parecem-nos prematuro defender que Marvila se tenha afirmado como centro cívico, religioso e comercial durante o domínio muçulmano. Em primeiro lugar pela conhecida aversão a vizinhar com áreas de necrópole que se encontrava, durante o século XI senão em utilização, certamente visível a cerca de 120 metros. Depois porque nos parece inverosímil que o poder almorávida deixasse sem protecção a zona mais nobre da cidade. Por último, as crónicas cristãs e árabes são consensuais em afirmar que os combates de 1184 decorreram num espaço de arrabalde, realçando a sua exterioridade face ao núcleo mais urbanizado.

De resto, mau grado a precocidade da referência à paróquia de Marvila, em 1186⁴², é indiscutível que nos decénios seguintes se observava ainda nas proximidades deste templo uma malha cadastral frequentemente interpolada por espaços vazios, denunciados pelo topónimo Pedreira ou pela doação de um ferragial em 1251, localizado a Este da igreja paroquial. Estes dados não permitem perspectivar a elevada densidade construtiva que seria espectável numa antiga medina. Pelo contrário, levam-nos a concordar com Ângela Beirante quando concluiu, a partir dessas referências documentais que a «valorização de Marvila parece posterior à Reconquista⁴³».

O registo arqueológico também não sustenta uma intensa ocupação do espaço nos séculos XI e XII. Resumindo-se praticamente à identificação de silos, que no momento

⁴¹Vd. Mário Viana, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa...ob. cit.*, pp. 67-69.

⁴²Vd. Mário Viana, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa...ob. cit.*, p. 88.

⁴³Vd. Maria Ângela Rocha Beirante; *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980, p. 73.

em que a sua funcionalidade primária se esgotou foram colmatados com sedimentos que embalsamaram materiais de cronologia islâmica⁴⁴, a sua presença deve ser também encarada com precaução. Se em 2002 se verificava que «no planalto de Marvila (...) nunca foram encontradas quaisquer estruturas de carácter habitacional ou outro, para além das fossas escavadas na rocha, a que habitualmente se chamam silos», as publicações posteriores sobre escavações na cidade não alteraram esse panorama⁴⁵.

A permanente glosada aptidão cerealífera das planícies aluviais ribatejana e a sua posição, no cruzamento de importantes vias terrestres e fluviais dinamizariam em muito a propensão comercial da cidade, especialmente potenciada durante os primeiros séculos de domínio islâmico, período em que a linha de costa sofreu vários raids marítimos de que são exemplos as incursões normandas, enquanto a relativa interioridade de Santarém a tornou menos exposta a esta conjuntura de instabilidade militar⁴⁶. Nesta perspectiva a frequência de covas de pão poderá significar não uma ocupação residencial generalizada mas antes a adscrição de amplas áreas ao armazenamento de produtos agrícolas.

A julgar pelos contextos arqueológicos estudados e já publicados, verifica-se de facto que nas duas centúrias que antecederam a conquista de D. Afonso Henriques, muitos silos foram abandonados, o que poderá denunciar um decréscimo dos excedentes agrícolas armazenados na vila⁴⁷. Uma explicação razoável para este processo seria a afirmação crescente da função comercial de Lisboa que passaria a redistribuir as produções do termo de Shantarín, embarcadas directamente na Ribeira. Muito embora a verificação desta tese só possa ser realizada com um estudo comparativo, que se afasta

⁴⁴Vd. Maria José de Almeida, «O planalto de Marvila e os arrabaldes ribeirinhos» in De Scallabis a Santarém, ob. cit., p. 88.

⁴⁵Um artigo inserto na colectânea Santarém e o Magreb refere uma cisterna islâmica na Praça Sá da Bandeira sem no entanto apresentar qualquer comprovação material ou estratigráfica da cronologia proposta. Vd. Carlos Batata, Elisabete Barradas e Vanessa Sousa «Novos vestígios da presença islâmica em Santarém» in Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578) : catálogo da exposição / Museu Municipal de Santarém, Carlos Amado, Luís Mata (coords.), Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2004, p. 70

⁴⁶Vd. Situação entretanto normalizada pela organização das defesas marítimas pelos califas omíadas nos finais do século X. Manuel Sílvio Alves Conde, Madīnat Shantarín. Uma aproximação à paisagem da *Santarém Medieval...ob.cit.*, pp. 348-350.

⁴⁷Vd. C. Viegas e A.M. Arruda, *Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém...*, ob. cit., p. 184. Carla do Carmo Lopes, Maria M.B. de Magalhães Ramalho; «Presença islâmica no convento de S. Francisco de Santarém» in Garb - Sítios islâmicos do sul Peninsular, Lisboa: IPPAR; Badajoz: Junta de Extremadura, 2001, p. 82, Carlos Batata, Elisabete Barradas e Vanessa Sousa, Novos vestígios da presença islâmica em Santarém, ob. cit., p. 73.

do propósito deste artigo, enquadra-se perfeitamente na imagem transmitida pelas fontes geográficas islâmicas coevas, que ilustra um processo de hierarquização dos pólos urbanos do Vale do Tejo, com vantagem para a cidade do estuário durante os séculos XI e XII⁴⁸.

Em conclusão, no actual patamar da investigação, cremos que o povoamento durante época islâmica estaria concentrado entre a Alcáçova e a necrópole agora identificada, enquanto a ocupação no planalto de Marvila, a existir, seria certamente muito incipiente. Os quatro a seis hectares ocupados pela cidade alcandorada, permitem perspectivar uma urbe de reduzidas dimensões⁴⁹ quando comparada com as suas congéneres plenamente mediterrânicas como Sevilha ou Huelva, mas perfeitamente condizente com o seu posicionamento na periferia geográfica e política da rede urbana do Garb Al-Andaluz⁵⁰. E seriam ainda complementados pela área ocupada pela Ribeira. Muito embora seja necessário sistematizar as informações relativas ao arrabalde portuário, a sua importância para a dinâmica da urbe é revelada pela construção de uma muralha em época islâmica⁵¹, sendo verosímil que a contabilização da sua malha cadastral faça triplicar o valor global⁵².

Como bem realçou Mário Viana é nesta dicotomia fortaleza/porto que a feição urbana da cidade deve ser entendida⁵³, afirmando-se como centro de consumo e plataforma de redistribuição comercial dos proventos da exploração agrícola, numa área cujas potencialidades de rendimento dinamizavam a estruturação de uma densa malha de pequenos núcleos de povoamento, glosada pelas fontes árabes e sugerida pela

⁴⁸Vd. Hermenegildo Fernandes, «Em torno de Santarém: posição e funções» in *De Scallabis a Santarém*, ob. cit., p. 48.

⁴⁹Foi já sugerida uma área de 30 hectares, dos quais dois terços corresponderiam ao planalto de Marvila. Cf. Jorge Custódio «As fortificações de Santarém – séculos XII a XIII, Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2002, p. 419.

⁵⁰Vd. Hermenegildo Fernandes, «Em torno de Santarém: posição e funções» in *De Scallabis a Santarém*, ob. cit., p. 48 e Christinne Mazzoli-Guintard «Ciudades de al-Andalus. España y Portugal en la Época Musulmana (S. VIII-XV), Ediciones ALMED, Granada, 2000.

⁵¹ Vd. Carlos Batata, Elisabete Barradas e Vanessa Sousa, *Novos vestígios da presença islâmica em Santarém*, ob. cit., p. 72.

⁵² Na Baixa Idade Média estendia-se por 10 ha. Vd. Maria Ângela Beirante, «Santarém» in Amélia Aguiar Andrade, Iria Gonçalves, A.H. de Oliveira Marques (coords.); *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*, vol. I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 65.

⁵³ Vd. Mário Viana, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa...ob. cit.*, p. 58.

toponímia⁵⁴ e que a arqueologia começa, ainda que timidamente, a comprovar⁵⁵. Este esquema de povoamento, com forte humanização dos campos no hinterland da cidade, poderia mesmo explicar a tardia urbanização de Marvila, só possível com um crescimento demográfico pós-reconquista, alimentado por uma eventual concentração populacional no centro urbano⁵⁶ e pela documentada chegada de colonos setentrionais⁵⁷, certamente atraídos pela produtividade das aluviões do Tejo mas também pela proximidade com as urbes meridionais que ainda hasteavam a bandeira do Crescente, repletas de recursos ao alcance de uma cavalgada estival⁵⁸.

⁵⁴ Vd. Hermenegildo Fernandes, «Em torno de Santarém: posição e funções» in *De Scallabis a Santarém*, ob. cit., p. 51.

⁵⁵ Recentemente foi identificado um núcleo de povoamento rural islâmico junto a Muge, que se terá estruturado no século X. Vd. Gonçalo Lopes, «Materiais islâmicos da Horta da Casa Cadaval (Muge, Salvaterra de Magos)», poster apresentado ao 6º Congresso de Arqueologia do Algarve, Silves, 2008.

⁵⁶ A apropriação por parte dos monarcas da primeira dinastia de grandes parcelas de terreno junto ao Tejo poderia dinamizar o abandono de pequenos povoados estruturados em torno da sua exploração. Sobre as quezílias em torno das lezírias ribatejanas veja-se Vd. Mário Viana, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa...ob. cit.*, p. 154.

⁵⁷ Vd. Maria Ângela Beirante, *Onomástica galega em duas cidades do sul de Portugal: Santarém e Évora*, *Revista da FCSH*, Nº 6, 1992-1993, pp. 103-110 e Mário Viana, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa...ob. cit.*, p. 169.

⁵⁸ Consulte-se uma resenha das incursões militares undecentistas dos cavaleiros de Santarém ao Além-Tejo em Hermenegildo Fernandes, «Em torno de Santarém: posição e funções» in *De Scallabis a Santarém...*, ob. cit., pp. 57.

Fontes Manuscritas:

AN-TT, Memórias Paroquiais, volume 33, nº 66f, pp. 493 a 516.

Fontes Impressas:

PINA, Rui de, *Chronica de el-rei D. Sancho I*, s.l., vol. LII de Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1906, p. 41.

MARRAKUSI, Ibn Idari Al-, *Al-Bayan al-Mugrib Fi Ijtisar Ajbar Muluk Al-Andaluz Wa Al-Magrib*, vol. I, Ambrosio Huici Miranda (edição e tradução), Tetuán, Editora Marroqui, 1953, p. 71.

Bibliografia:

AA.VV; Santarém. Cidade do Mundo, Jorge Custódio (coord.), Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1996.

ALARCÃO, Jorge de, *O domínio romano em Portugal*, Mem-Martins, Europa-América, 1988.

ALBA, Miguel, FEIJOO, Santiago; « Pautas evolutivas de la cerámica común de Mérida en épocas visigoda y emiral» in *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad*, Luís Caballero, Pedro Mateos y Manuel Retuerce (eds.), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto de Arqueología de Mérida, 2003, pp. 476-492.

ALMEIDA, Maria José de, «Santarém, a cidade e os homens: Arqueologia 25 anos depois» in *De Scallabis a Santarém*, Ana Margarida Arruda, Catarina Viegas e Maria José de Almeida (coords.), Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2004, pp. 61-66.

ALMEIDA, Maria José de, «O planalto de Marvila e os arrabaldes ribeirinhos» in De Scallabis a Santarém, Ana Margarida Arruda, Catarina Viegas e Maria José de Almeida (coords.), Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2004, pp. 83-93.

ANDRADE, Amélia Aguiar, GONÇALVES, Iria, MARQUES, A.H. de Oliveira (coords); Atlas das Cidades Medievais Portuguesas, vol. I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica\Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

BATATA, Carlos; BARRADAS, Elisabete e SOUSA, Vanessa, «Novos vestígios da presença islâmica em Santarém» in Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578): catálogo da exposição / Museu Municipal de Santarém, Carlos Amado, Luís Mata (coords.), Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2004, pp. 68-77.

BEIRANTE, Maria Ângela Rocha; Santarém Medieval, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980.

CARMONA BERENGUER, Sílvia, «Estudio tipológico de la cerámica funerária de la necropolis de el Ruedo. Almedinilla. Córdoba.», Anales de Arqueología Cordobesa, nº 2, 1991, pp. 371-394.

CASAL, Maria Teresa, Los cementerios musulmanes de Qurtuba, Córdoba, Servicio de Publicaciones Universidad de Córdoba/Delegación de Cultura Diputación de Córdoba, 2003.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, «Madīnat Shantarīn. Uma aproximação à paisagem da Santarém Medieval (séculos X-XII), Actas do Colóquio Santarém na Idade Média. 13 e 14 de Março 1998, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2007, pp. 348-350.

CUNHA, Maria Cristina Almeida e, «Aparecimento e primórdios das Ordens Militares» in Estudos sobre a Ordem de Avis (séc. XII-XV), Porto, Faculdade de Letras do Porto – Biblioteca Digital, 2009, pp. 7-36.

CUSTÓDIO, Jorge «As fortificações de Santarém – séculos XII a XIII, Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Actas do Simpósio

Internacional sobre Castelos, Lisboa, Edições Colibri\Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 405-420.

DIAS, Maria Manuela Alves, «Epigrafia», in Museu de Mértola-Basílica Paleocristã, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1993, p. 103-138.

MEZQUIRIZ IRUJO, María Angeles, «Necrópolis visigoda de Pamplona», Trabajos de Arqueologia, nº 17, 2004, pp. 43-90.

LOPES, Carla do Carmo; RAMALHO, Maria M.B. de Magalhães; «Presença islâmica no convento de S. Francisco de Santarém» in Garb - Sítios islâmicos do sul Peninsular, Lisboa: IPPAR; Badajoz: Junta de Extremadura, 2001, pp. 31-88.

LOPES, Gonçalo, «Materiais islâmicos da Horta da Casa Cadaval (Muge, Salvaterra de Magos)», poster apresentado ao 6º Congresso de Arqueologia do Algarve, Silves, 2008.

RIPOLL LOPEZ, Gisela, «Características generales del poblamiento y la arqueología funeraria visigoda de Hispania», Espacio, Tiempo y Forma: Prehistoria y Arqueologia, tomo 2, 1989, pp. 389-418.

MACÍAS, Santiago, «A Basílica paleocristã de Mértola», Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica, Barcelona, Institut d'Éstudis Catalans, 1995, pp. 277-296.

MACÍAS, Santiago, Mértola – O último porto do Mediterrâneo, 3 volumes, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2003.

MAN, Adriaan de, Conimbriga. Do Baixo Império à Idade Média., Lisboa, Edições Silabo, 2006.

MAN, Adriaan de, Defesas urbanas tardias da Lusitânia, dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Faculdade de Letras, 2008, p. 283

MATTOSO, José, «A cidade de Leiria na História medieval de Portugal» in Fragmentos de uma composição medieval, 3ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 95-111.

MATTOSO, José; «A realeza de D. Afonso Henriques» in Fragmentos de uma composição medieval, 3ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 213-232.

MAZZOLI-GUINTARD, Christinne, «Ciudades de al-Andalus. España y Portugal en la Época Musulmana (S. VIII-XV), Ediciones ALMED, Granada, 2000.

RIUS, Mónica; «Orientación de las mezquitas en Toledo», Tulaytula: Revista de la Asociación de Amigos del Toledo Islamico, nº 4, 1999, pp. 67-75.

LÓPEZ RUEQUENA, Mercedes; BARROSO CABRERA, Rafael; «La necropolis hispano-visigoda de la “Dehesa de la Casa los Balconcillos” (Fuentes, Cuenca) in Jornadas Internacionales “Los visigodos y su mundo”. Ateneo de Madrid. Noviembre de 1990, Madrid, Consejería de Educacion y Cultura – Comunidad de Madrid, 1998, pp. 299-317.

VIANA, Mário, Espaço e povoamento numa vila portuguesa. (Santarém 1147 – 1350), Casal de Cambra\Lisboa, Caleidoscópio\Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007.

VIEGAS, C., ARRUDA, A.M., «Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém», Revista Portuguesa de Arqueologia. vol. 2, n.º 2. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 1999, pp. 105-186.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

Referência electrónica:

LIBERATO, Marco – “Novos dados sobre a paisagem urbana da Santarém medieval (séculos V-XII): a necrópole visigoda e islâmica de Alporão”. *Medievalista* [Em linha]. Nº11, (Janeiro – Junho 2012). [Consultado dd.mm.aaaa]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11\liberato1107.html>. ISSN 1646-740X.

